

Duelo A cimeira climática global durou 15 dias e terminou ontem.
Razões para alguma esperança ou nem por isso?

Tiago Domingos

Professor de Ambiente e Energia do Instituto Superior Técnico



Francisco Ferreira

Líder da associação ambientalista ZERO

OS POLÍTICOS ESTÃO A TOMAR MEDIDAS ADEQUADAS PARA PROTEGER O CLIMA?

SIM Contrariamente ao que muitos acham, e ainda mais prognosticaram, podemos considerar a Cimeira de Glasgow um sucesso. Antes dela, os compromissos de redução de emissões subscritos pelos signatários do Acordo de Paris (AP) correspondiam, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), a um aumento previsível da temperatura global de 2,4°C a 2,6°C. Com os compromissos assumidos na cimeira, a Agência Internacional de Energia estima agora um aumento de 1,8°C. É um sucesso notável, quer da Cimeira de Glasgow, quer de todo o processo associado ao AP, nomeadamente se considerarmos que em 2015, antes da assinatura deste acordo, as políticas estabelecidas pelos Governos levavam a uma estimativa de aumento de 3,6°C a 4,2°C.

Numa atitude de uma generosidade sem precedentes na história da Humanidade, vimos em todo o mundo, antes e durante esta cimeira, centenas de milhares, ou até milhões, de manifestantes e ativistas, com uma notável participação de jovens, pressionarem os líderes políticos para assumirem compromissos que permitissem manter o aumento de temperatura global abaixo dos 1,5°C. Trata-se, na verdade, de um objetivo ainda mais ambicioso que o do AP, objetivo este que permitiria proporcionar maior segurança para os habitantes de algumas nações particularmente pobres e vulneráveis às alterações climáticas, sem benefícios diretos para a esmagadora maioria desses mesmos manifestantes e ativistas.

Naturalmente que o que estava em causa nesta cimeira não era a potencial extinção da Humanidade formulada pelo simpático dinossauro do filme em que o PNUA decidiu adotar uma estratégia de comunicação mais adequada a uma organização ambientalista. Mas sem dúvida que o esticar da corda do exagero apocalíptico sobre as decisões que estavam em causa nesta cimeira ajudou a torná-la um sucesso em termos de compromissos assumidos pelos Governos.

Estes mesmos Governos têm agora que navegar entre a premência de reduzir emissões e a necessidade de assegurar a manutenção ou o aumento de uma prosperidade humana que até hoje só foi conseguida com o crescente e massivo uso de energia. Este equilíbrio é necessariamente diferente para países mais desenvolvidos, com maior capacidade de reduzir emissões, mas também maior capacidade de adaptação às alterações climáticas, e países em desenvolvimento, com necessidades dramáticas de melhoria do desenvolvimento humano e, portanto, uso crescente de energia, mas também maior vulnerabilidade às alterações climáticas quer pela sua localização geográfica, quer pelo seu próprio nível de desenvolvimento.

Estão em jogo múltiplos valores sociais, para além dos compromissos climáticos, e devemos acautelar que as narrativas apocalípticas não nos levem a variantes do famigerado TINA — There is No Alternative: há, de facto, muitos caminhos possíveis, com redução de emissões mais rápida ou mais lenta, com maiores ou menores necessidades de adaptação, com maior ou menor ultrapassagem, mais ou menos temporária, da temperatura global de 1,5°C.

NÃO O combate às alterações climáticas dá-se em três frentes: maior ambição, mais financiamento climático, mais justiça. Importa por isso definir o que são as medidas adequadas em cada uma das frentes.

Na frente da ambição, são medidas de mitigação que façam conter o aquecimento do planeta em 1,5°C, o limite máximo de segurança para evitar um aumento dramático de fenómenos climáticos extremos. A 26ª Cimeira do Clima começou num contexto alarmante, com o planeta a caminho de um aumento de temperatura de 2,7°C, valor catastróficamente acima da meta, demonstrando que as promessas e medidas anunciadas estavam muito aquém do necessário. Se é verdade que houve acordos importantes que fizeram baixar este valor, como a adesão ou o assumir de maior ambição por parte de 23 novos países num acordo para o fim do uso do carvão na produção de eletricidade ou o acordo alcançado em termos de redução das emissões de metano até 2030, a verdade é que houve importantes países fora destes acordos, como a China e a Índia em ambos, a Austrália e os EUA relativamente ao carvão e a Rússia ao metano.

No financiamento, são medidas para pagar o combate às alterações climáticas: é preciso que os países desenvolvidos, com responsabilidades históricas nas emissões, custeiem a mitigação e adaptação dos países mais afetados pelas alterações climáticas, normalmente países pobres. Isto não tem acontecido: os países desenvolvidos ainda estão aquém de 20% de cumprir a meta de mobilização de 100 mil milhões de dólares por ano. O acesso a este financiamento tem também estado repleto de entraves, e, por norma, não se trata de apoios diretos, mas sim de empréstimos, os quais não deviam contar para o fundo, pois são uma forma de endividar países já pobres. Também aqui os líderes não têm mostrado a proatividade necessária.

Na frente da justiça, são medidas para indemnizar os países vulneráveis pelos danos e perdas já sofridos nos seus territórios decorrentes de fenómenos extremos, cada vez mais causados ou agravados pelas alterações climáticas. Na última década, os desastres relacionados com o clima em todo o mundo mataram mais de 410 mil pessoas e afetaram muitas mais. Em 2020 havia 30 milhões de deslocados devido a eventos relacionados com o clima. Até 2030 estima-se que as perdas e danos causados pelas alterações climáticas tenham um custo económico entre 290 e 580 mil milhões de dólares só nos países em desenvolvimento. Para responder a isto, os líderes devem estabelecer um mecanismo que permita concretizar o financiamento para compensar estes prejuízos e assumir um compromisso concreto adequado às necessidades reais e baseado nos princípios da equidade e da solidariedade global.

Na COP26 houve avanços, a subida da temperatura prevê-se menor, mas mesmo assim a resposta é NÃO: as medidas adequadas no combate às alterações climáticas exigem uma resposta satisfatória em todas as frentes, mas em nenhuma delas ela existe.

Contrariamente ao que muitos acham, podemos considerar a Cimeira de Glasgow um sucesso

É verdade que existiram acordos, mas há países importantes que ficaram de fora